

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

HADBA A – Exercício profissional.
Rev bras Colo-Proct., 1989; 9(1): 39-43.

“Quando a liberdade explode uma vez na alma dos homens, os deuses nada mais podem contra esses homens”

Jean Paul Sartre

O exercício profissional é qualquer atividade de um segmento social, que se caracteriza e se destaca dentro de parâmetros legais. Profissional é todo aquele que se encontra qualificado para o exercício da atividade a que se propõe. Em todas as profissões, muitas são as formas de exercitá-las, e variam desde aquelas determinadas pelo regime de hierarquia, horários e salários predeterminados até as formas chamadas liberais.

Profissionais liberais, categoria a que pertencemos e que passaremos a debater. O que é profissional liberal?

• *Profissional liberal é todo aquele que se caracteriza pela ausência de qualquer vinculação hierárquica e tem o seu exercício preponderantemente técnico e de conhecimento.*

• *Desde os primórdios da profissão médica, pela sua natureza e ministério, impôs-se a medicina como uma atividade liberal. A credibilidade, o respeito ao sagrado e ao sobrenatural, sempre aliados aos conhecimentos técnicos e éticos, que caracterizam a medicina, impediam a vinculação e o condicionamento do profissional médico no exercício de sua missão. A interferência no trabalho médico, de qualquer origem, feria com graves seqüelas a compatibilização consciente da missão com a liberdade nunca descartada pela natureza do exercício.*

ASSAF HADBA

O conteúdo laborativo, que o exercício profissional médico determina para a busca do equilíbrio entre o corpo e a alma, só poderá ser alcançado quando, no inabordável da intimidade de cada um de nós, existir um médico e não um servicial compelido a honorários, vinculado, hierarquizado e desmotivado.

• *Um simples empregado.* Não, médico é aquele que, na luta pela saúde e manutenção da vida, sofre em muitas oportunidades o tumulto de sua consciência diante de dilemas que o confundem. É aquele que, angustiado pelo império da doença, em ato de liberdade e de amor, despe-se de si próprio para participar do sofrimento daqueles que, em estado de necessidade, o procuram como a última esperança. Se destituídos dos importantes elementos, caracterizados pelos anseios e esperanças, satisfações e sofrimentos, alegrias e decepções, e ainda por um intenso e vibrante amor à vida alheia, não se pode pensar em medicina e no seu exercício. Trata-se de outra profissão e não da nossa. O indispensável amor ao semelhante não se revela através do palavrorio oco e melífluo. Mas por meio da decisiva e liberta ação do médico e que não pode ser substituída por manifestos e discursos de palanque.

• *O paciente conceituado como simples máquina, que necessita reparos, é total desrespeito ao ser humano.* Este possui um complexo e intrincado psiquismo que adoece e se deprime com a mais insignificante patologia. É preciso ter em conta que a mais simples lesão somática atinge imediatamente o psiquismo. *Toda doença é psicossomática.*

É necessário, pois, que as especialíssimas condições intrínsecas de cada médico não se transformem, frente a cada paciente, naquelas de um simples técnico de bons conhecimentos, que irá substituir peças de uma máquina sem alma. Este comportamento frio e desprezível não é do verdadeiro médico, que deve possuir, no seu inatingível complexo moral, a consciência dos conhecimentos necessários para transmitir ao paciente e aos seus familiares a

confiança, pois, sem confiança, não existe afetividade, que distingue o ser humano da máquina. Muitas e muitas vezes temos assistido o curandeirismo levar vantagem sobre a cultura e o conhecimento, somente pela afetividade, que a comunicabilidade, fator essencial no relacionamento médico-paciente, deve gerar. Quem de nós suportaria psicologicamente os sofrimentos de qualquer doença, diante da tibieza, arrogância, desconfiança ou da ausência do afetivo relacionamento com o médico que procuramos ou que nos enviaram?

Cícero, o grande poeta romano, nos tempos em que o conteúdo vocacional preponderava sobre os conhecimentos técnicos na medicina, dizia com a *imortalidade* das coisas divinas que: *“Nada aproxima mais o homem de Deus, do que dar saúde a outro homem.”* Diante do vocativo de Cícero, como aceitar outra medicina, que nos distancia de Deus, imposta por uma sistemática individualista e desagregadora, que inferioriza o paciente e a própria doença? Aonde se pretende chegar? Que desejam os coarctadores da liberdade de médicos e pacientes? Não há medicina sem liberdade, e, portanto, sem médico e pacientes livres. A austeridade do médico, fundamento da universalização da credibilidade e respeito pela medicina brasileira, somente encontrará eco na sociedade quando o hífen ou traço-de-união entre eles for a liberdade. O respeito à conduta de cada um de nós perante a sociedade somente será reconhecido quando o policiamento dos nossos atos encontrar, no interior de cada um, a sentinela da nossa consciência, único modo que permite adquirir e transmitir livremente os conhecimentos. Ao contrário, os que abandonam as exigências morais da própria consciência, desmandando-se em erros grosseiros ou permitindo que outros interfiram em seus ditames, desmerecem e aviltam a medicina. Esta posição desconfortante, assumida por uns poucos, atinge a todos e acaba permitindo que se introduza, à guisa de remédios, o mal maior da atual sistemática.

● *Há aproximadamente 50 anos a medicina brasileira proporcionava a todos um exercício profissional inteiramente livre em que médicos e pacientes se escolhiam.* Época em que ainda predominavam os chamados médicos de família e que o grande Miguel Couto foi o protótipo. Dele dizia Aluizio de Castro: *“Voltando à clínica por irresistível vocação, sublimou o sacerdócio na constante e desvelada assistência ao sofrimento”.* “Ele viveu de fato na medicina, praticando-a, apostulando-a, ensinando-a e glorificando-a”. Embora nem todos com o fulgor de Miguel Couto, assim eram os médicos, alguns mais, outros menos, todos se realçando pelo exercício da sagrada missão de curar e de respeitar a vida humana.

Acreditar na natureza criadora, penetrar no amor e no sofrimento dos homens, sem jamais perder as esperanças de ver fazer-se a luz brilhar além das montanhas, foi a vocação profética daquele que se obrigava a curar a doença, evitar a intromissão da morte e mitigar a dor. *Protetor da família, fazia jus ao prestígio que gozava, quando, no exercício da sagrada missão, quase sempre se tornava o amigo e conselheiro místico.* A vida encontrava sua proteção sempre no entrelaçamento respeitoso de médicos e pacientes. Ambos eram portadores de nomes e

por eles eram conhecidos. A sociedade sentia-se protegida e mais segura e o médico também. O exercício profissional gerava, como resultado, alegria e esperança com a presença do médico em qualquer ambiente. Possuindo exercício profissional livre, jamais o médico discriminou na doença o rico do pobre, pois ambos sempre mereceram a laboração consciente e, muitas vezes, romântica que o conhecimento técnico permitia. Os ricos pagavam, e os pobres davam galinhas, cabritos e outros regalos ou não pagavam.

● Eram todos livres, ricos, pobres e médicos. *“Eram felizes e não sabiam”.* Os hospitais, quase todos filantrópicos, suportavam-se com a ajuda da sociedade que, com indisfarçável interesse pelo pobre, trabalhava muito na proteção de sua saúde.

As doações dos que podiam, as quermesses e outras campanhas para a vida e manutenção dos hospitais existentes e construção de outros, quando necessários, encontravam sempre a imediata receptividade das comunidades. Se melhor não era, é porque a pobreza do país não permitia, porém jamais porque a liberdade do médico e do paciente fossem impedimento; ao contrário, era essa liberdade que minorava as deficiências provenientes da pobreza nacional.

● *As profissões liberais só têm sentido quando livres em seu exercício, sem qualquer limitação discriminativa.*

Num regime de liberdade em que as oportunidades são iguais, deve e pode o profissional fazer a sua opção sem qualquer constrangimento ou opressão. Somente assim as marcadas diferenças entre os iguais haverá de fixar mais, no conceito social, aquele que, respaldado pela aptidão e pelo conhecimento, se revelar melhor. São estes profissionais que, respeitando a moral do livre exercício, recolhem como reconhecimento a credibilidade de todos, diferentemente da impostura da submissão. O médico sempre soube compreender as motivações que o inspiravam e as razões que determinaram o seu exercício para não se vincular a qualquer tipo de submissão profissional.

● *Ele sempre encontrou, no amor e no afeto, o intermediário amigo, e na sua consciência, o grande patrão.*

Plasmada com vocação poética e livre, a classe médica tinha um perfil robusto e vigoroso.

● *Por razões muitas e sem se aperceberem, foram os seus cultores enfraquecendo-a, até atingirmos a agonizante situação que hoje vivemos.* É certo que as exigências sociais, com o aumento populacional e o crescente número de trabalhadores, impuseram ao governo e à sociedade como um todo, que a assistência médica a eles concedida como um paternal favor seja, hoje, vista como uma conquista da classe trabalhadora, que colabora na criação da riqueza nacional.

Diante da nova realidade, a classe médica, ao invés de planificar junto ao governo uma sistemática que mantivesse o seu principal bem, a liberdade, deixou que as coisas acontecessem sem a sua participação. Nasceram nesta época, décadas de 40 e 50, os institutos de pensão e aposentadoria, forçados pela mesma razão que exigia a assistência médica. Sem uma adequada política de saúde

planejada, o governo estendeu, pura e simplesmente, as funções dos institutos previdenciários também para a assistência médica. Na intenção de satisfazer as exigências da assistência médica, atitudes populistas e demagógicas do governo de ontem e manifestadamente impostas pelo de hoje, *procuram sempre* a mão-de-obra barata ou baratear a mão-de-obra, colocando, como "bico", médicos em cargos públicos para assistência médica.

• *Nascia assim o primeiro cárcere para submissão dos médicos e a humilhação da medicina.* Sem a reflexão necessária das conseqüências futuras, sem ao menos atentar para as condições mínimas de um ensino de tamanha magnitude, e fazendo prevalecer a demagogia dos incompetentes, criava o governo um grande número de escolas médicas. *A partir de 1976 passamos a formar 9.600 médicos, a maioria sem as mínimas condições de exercício profissional.* Esta situação se agrava quando as nossas estruturas hospitalares, sem possibilidades de propiciar a todos uma residência de ensino basal, chega a marginalizar 8.000 por ano. Triste realidade esmagando a liberdade. Sim, porque o desencanto destes jovens médicos, de conhecimentos superficiais, sem a possibilidade de aprimoramento para a satisfação mínima de um exercício profissional honesto, deu ao governo e aos arautos da medicina de massa a oportunidade de mão-de-obra barata, que transformou o "bico" de ontem na humilhante base para a sobrevivência de hoje. A omissão da grande maioria da classe médica e o incansável trabalho de alguns dos chamados ideologistas, formados em medicina e emaciados de conhecimentos, porém ávidos de poder, transformaram o exercício profissional em desolada submissão. *Caminhamos muito rapidamente da liberdade de ontem para a escravatura de hoje.* Marginalizados, na sua maioria, do exercício liberal, passaram os médicos, em determinado momento, a apoiar os ideologistas na sua nefasta pregação de estatizar a medicina e seus profissionais, e sem se aperceberem infortunadamente apoiavam a sua própria debilitação.

Estes desviados da prática médica tiveram o seu auge, em 1985, em Brasília, quando uma bem premeditada conferência nacional de saúde, a 8ª, falseando inteiramente a opinião dos verdadeiros profissionais médicos, colocava em plenário 1.200 pessoas, aproximadamente, das quais apenas 30 representavam médicos e entidades médicas. Neste conclave, a CUT, CONCLAT, CGT, PT e outros intrusos eram os donos da festa, ao invés da associação médica brasileira e suas federadas. Apesar dos esforços quase isolados da A.M.B. e de algumas de suas federadas, não se conseguiu evitar, mesmo em luta posterior, que deste famigerado conclave nascesse o embrião que deu origem aos desvairados preceitos constitucionais do capítulo saúde. Preceitos estes que enxovalham e desmoralizam as mais valiosas conquistas e postulados que a liberdade permite ao profissional médico.

Tais ideologistas e seus seguidores não médicos conseguiram impor aos verdadeiros médicos como exercitar o seu ministério, numa verdadeira ameaça ao direito coletivo, ao lesar o direito de liberdade individual de exercício da profissão médica. A inaceitável e funesta desorganização da assistência médica, imposta ao exercício profissio-

nal em preceitos constitucionais, já se encontra na prática representada por este descarrilhado e aidético SUDS.

O SUDS, que se antecipou à malfadada consagração da constituição, já cumpriu o mais importante dos papéis a ele determinado, ou seja, desagradar a todos, paciente, governo e médicos. Não é este o caminho que queremos, mas é, sem dúvida, o que todos, sociedade e médicos, repudiamos. *Em qual país deste universo, em que habitam seres racionais, os leigos disseram e colocaram na constituição como o médico deve trabalhar?* Como aceitar, sem revolta, que ao profissional se retire o direito de, ao menos, dizer como deve ser o seu exercício para melhor aproveitamento de todos? Que dizer de uma constituinte que impôs regras sem ao menos ouvir grande parte dos que realmente praticavam a verdadeira medicina? *Quem ganha com este nivelamento por baixo do exercício profissional, transformado em comando constitucional?* Para onde vamos e o que querem os ideologistas com a destruição da classe médica e a baixa qualidade da medicina? Pregadores de sofismas como "A saúde é um direito de todos e dever do Estado". Conseguem enganar a muitos.

A saúde é realmente um direito do cidadão e cabe ao Estado zelar por ela quando as possibilidades científicas e técnicas existentes permitirem. *Ninguém deve adoecer por omissão do Estado.* Sim, é dever do Estado o saneamento básico, a vacinação em massa, o combate aos vetores e endemias e tudo o mais que estiver ao alcance da ciência e que possa ocasionar doenças. Este é, sem dúvida, um dever do Estado. Daí, porém, pretender confundir, induzir em erro a gregos e troianos, saúde e assistência médica, como se fossem a mesma coisa, vai uma grande distância: a que separa a verdade do erro, a boa da má fé.

Ao Estado cabe, e é seu dever para a manutenção da estabilidade social, dar os meios para que cada cidadão possa procurar o seu médico, como faz com seu supermercado, o ônibus, a oficina mecânica, o advogado, o engenheiro e tudo mais que se pratica.

Englobar a saúde e a assistência médica como dever do Estado é incompatibilizar a prática da medicina privada, conflitando com a sua própria natureza. Aceitar que a assistência médica é dever do Estado é conceder ao governo ilimitados poderes com irrecuperáveis prejuízos da liberdade individual. *Sem liberdade não há medicina, e sim uma grosseira imitação.* Embora não caiba nesta apresentação uma completa dissecação do novo texto constitucional, no capítulo saúde, para uma meditação vigil, alguma coisa precisa ser posta em relevo. O sistema único de saúde, aprovado pelos senhores constituintes, mesmo recebendo em sua redação a palavra público, pois a palavra único reforça, com exagero, o poder de intervenção do governo no sistema particular ou privado, seria a derrocada da medicina. Senão, vejamos: o artigo 204 informa: "A participação da iniciativa privada no sistema único de saúde é complementar e sob condições estabelecidas em contrato de direito público, que serão permitidas através de convênios". Num quase total desprezo, a iniciativa privada, ficam médicos e seus serviços diminuídos à condição de permissionários e submetidos ao humor dos burocratas que assumiram o sistema único. O contrato de direito público, na vivência brasileira, é um

contrato de adesão que faz prevalecer sempre a vontade do Estado através de sua autoridade, ficando o direito privado submetido à força estatal. *Desaparece a bilateralidade das discussões, prevalecendo o direito público sobre o privado, em afronta à liberdade, esta sim, direito de todos e dever do Estado.*

O texto do artigo 202, que permite a intervenção do poder público nas ações da assistência médica não unificada, limita os caminhos estreitos da iniciativa privada, colocando-a em guilhotina permanente.

Este texto constitucional, com as imperfeições perigosas que traz no capítulo saúde, precisa de uma análise melhor e mais detalhada da categoria médica para que, juntos, possamos corrigi-lo daqui a cinco anos, quando, então, deverá ser revisto. O seu principal objetivo foi concretizar o descarrilhado SUDS, que os ideólogos e burocratas conseguiram colocar em atividade à força de constante pregação sofismática e pela omissão desastrosa da grande maioria da classe médica. *O serviço de saúde unificado, descentralizado e hierarquizado, a dita salvação da assistência aos pobres, aí está concretizado segundo os arautos da demagogia. E agora?* Com a pseudodescentralização conseguiu-se a maior concentração ao se entregar as ações de saúde nas mãos dos senhores prefeitos. *Prefeitizou-se a assistência médica do país.* Diluiu-se a força em todos os níveis, para transportá-las poderosamente para mãos únicas, as de sua senhoria, o Prefeito Municipal. *Transformado em Deus da medicina, substituindo a Asclépio, dono de todas as ações e dos recursos financeiros para ele "descentralizados", imporá à assistência médica o ritmo do seu apetite político.* Ai do médico que não atender como prescrever o senhor prefeito, seus vereadores e auxiliares. Sim, a prescrição passa a ser das autoridades municipais e o atendimento do médico subordinado. Mais uma vez prevalece e prepondera a mentira e o engodo sobre o mais valioso bem do interesse de todos.

Sob a alegação de que o sistema único, descentralizado e hierarquizado seria melhor fiscalizado pela participação da comunidade, conseguiram os ideologistas e burocratas convencer as despreparadas autoridades, as quais acabaram por implantar o SUDS.

SUDS - veículo político dos senhores prefeitos e de seus seguidores, escárnio da assistência médica e escravatura do médico. Sem qualquer estímulo para o aprimoramento técnico ou para a evolução econômico-financeira fica o médico restrito a simples atendimento, num desvio inaceitável do seu ministério.

Com a espada de Damocles permanentemente sobre o seu pescoço, fica o atemorizado médico sem condições de assumir as responsabilidades inerentes à prática médica.

• Os fatos vêm demonstrando que, na progressão de um sistema sem liberdade, em que a subordinação tende a se ampliar, o médico ganha mal, trabalha mal e cada vez menos, em flagrante prejuízo para a sociedade.

Diante de um quadro dantesco com imprevisíveis e não desejadas conseqüências, que fazer? Esperar que o caos total sensibilize a todos? Ou, o que já temos diante de nós sirva para empunhar a bandeira da dignidade? Mas, existe solução? Sim, mas somente aquelas que se fundam no direito de liberdade, sem que tudo é caos. *Não há escravo que não deseje a liberdade. O contrário é dolorosa*

exceção ou doença incurável. A experiência tem demonstrado que é desejo ardente de grande maioria que exercita a medicina na forma de assistência médica é ter o seu consultório particular. É a representação de sua liberdade, de conduzir com luz própria os seus conhecimentos perante o império de sua consciência. É, enfim, a valorização do bem maior do ser humano, a vida. Nós acreditamos que a boa assistência médica depende do modo pelo qual a compatibilizemos com o livre exercício profissional. Em oportunidades anteriores pregamos, em artigos e palestras, como uma das soluções para a assistência médica, o seguro-saúde da entidade médica.

Que queremos com o seguro da entidade médica?

Queremos, em linhas gerais, que a A.M.B. possua uma seguradora e patrocine o seguro-saúde como forma de assistência médica. A realização prática seria feita pela UNIMED, cooperativa já estruturada e que seria aprimorada, sempre com a supervisão da A.M.B. e de suas federadas. A UNIMED, que seria a corretora e administradora, venderia o seguro tanto para as empresas como individualmente, nas suas várias formas. Com estudos atuariais que compatibilizassem receitas e despesas, adotar-se-ia uma tabela como piso de pagamento, tal qual faz a tabela da A.M.B. no momento.

Poder-se-ia indagar como se atenderia à situação dos mais pobres desses que são o alvo preferido dos ideólogos?

De modo sintético, talvez se possa dizer que deixariam de ser vítimas dessa demagogia ideológica que faz deles o pretexto para dismantelar a medicina e desobrigar a sociedade de sua responsabilidade, a assistência aos pobres.

A assistência aos pobres compete à sociedade da qual o médico participa. A ela cabe a obrigação de fornecer os meios para que o pobre satisfaça suas necessidades e não ao médico, como único responsável. Os recursos do INAMPS seriam repassados à nossa seguradora, que os usaria sem os abusos atuais.

Os custos das ações de saúde, SUDS, hoje em prática, mostram um desperdício financeiro inaceitável diante do paupérrimo resultado que produz. Para uma mesma patologia, comparada com a UNIMED, gasta até 10 (dez) vezes mais. Como toda a estrutura estatal neste país e em outro também, é famélica e pesada. Pelo sistema a que se propõe, o pobre poderá perfeitamente ter o atendimento dos demais segurados, através do seguro-saúde da entidade médica. A livre escolha que o seguro da entidade permite haverá de evitar a esdrúxula divisão que o sistema atual criou com duas medicinas, uma para os ricos e outra para os pobres. *Mesmo sabendo ser impossível ao médico vocacionado ao seu mister dar assistência de conhecimentos diferentes para ricos e pobres, esta é a triste realidade.* As diferenças de conhecimento que haverá de existir serão sempre as que se fizeram entre os profissionais, mas nunca diferentes para pobres ou ricos.

• *A medicina é a mesma, para pobre ou rico, pelo menos assim pensam os que a exercitam.*

A seguradora, além do seguro-saúde, teria condições de fazer todas as demais modalidades de seguros e já contando com um contingente de 150.000 médicos.

Os lucros auferidos pelas várias modalidades de seguro,

além do de saúde, seriam repassados para a nossa tabela de honorários, que remuneraria dignamente a todos.

Essa idéia foi exposta a técnicos, e eles muito nos animaram a pregá-la junto à classe médica e suas entidades. Está claro que nesta oportunidade pretendemos apenas levar aos senhores um esboço do plano e não o plano em si. É quase uma hipótese de trabalho e seu convite à meditação e à representação de objeções e de aperfeiçoamento.

Se aceita a idéia e formulados, por técnicos, os planos de um seguro coerente com as nossas necessidades, inúmeras, entre outras, seriam as vantagens das quais podemos destacar:

A – Teríamos implantado o regime de liberdade, em que a livre escolha dispensa comentários sobre suas vantagens.

B – Os possíveis abusos seriam coibidos pela fiscalização de médicos sobre médicos, uma vez que as entidades

leigas não têm como punir os médicos e nós possuímos os conselhos a que todos devem obedecer.

C – A.M.B. e suas federadas ficariam fortalecidas e, com muito mais disposição para atuarem em favor da classe, iriam independender das mensalidades atrasadas e muito reclamadas pelos médicos.

D – A grande possibilidade de os diretores serem todos remunerados para que pudéssemos exigir resultados.

E – Uma previdência digna e compensadora para o trabalho realizado em 30 ou 40 anos de profissão.

F – E, acima de tudo, uma assistência médica mais ampla e eficiente e muitas outras vantagens.

A expressão máxima de uma luta idealista não se representa e nem se encerra como marionetes de pelúcia em termos de poesia, e, sim, através da ação contundente e honesta dos que realmente sabem amar os seus semelhantes.